



PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: Processo Licitatório N° 002.2023;

N° DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: 001.2023;

MODALIDADE: Dispensa de Licitação;

ASSUNTO: Locação de Imóvel para a instalação da sede da Polícia Militar, situado a rua 13 de maio, 1919, medindo 546,45², contendo 05(cinco) salas, 02(dois) banheiros, 01(uma) cozinha e 01(uma) área de lazer, para a Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins/TO.

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins/TO.

1. RELATÓRIO.

O Ilustríssimo senhor Secretário Municipal de Administração do município de Axixá do Tocantins/TO, solicita Parecer Jurídico sobre legalidade de procedimento de dispensa de licitação cujo objetivo é a locação de Imóvel para a instalação da sede da Polícia Militar, situado a rua 13 de maio, 1919, medindo 546,45², contendo 05(cinco) salas, 02(dois) banheiros, 01(uma) cozinha e 01(uma) área de lazer, para a Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins/TO, conforme especificação, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), com fundamento no art. 24, incisos X da Lei Federal 8.666/93.

Inicialmente, deve-se salientar que a presente manifestação torna por base, **exclusivamente, o processo de dispensa e a minuta do contrato**, e que em face do que dispõe o artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto n° 9.412/2018. Prestaremos a presente consultoria sob o prisma estritamente jurídico, ocasião em que não nos competirá em momento algum adentrar na análise aspectos de natureza eminentemente técnico ou administrativa.



É o relatório. Fundamento e opino.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A licitação é procedimento obrigatório à Administração Pública para efetuar suas contratações, consoante preceitua o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, ressalvados os casos em que a Administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-se dispensada, dispensável e inexigível.

Da análise da situação fática aqui disposta, a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração Pública em suma, se resta configurada algumas situações legais previstas no art. 24, da Lei nº 8.666/93; mais especificadamente, em seu inciso X. Segundo a Lei Federal nº 8.666/93, em hipóteses tais, a Administração Pública pode realizar a contratação direta das referidas aquisições, mediante contratação direta, dada a emergencialidade do caso, conforme artigo 24, inciso X do referido diploma *in verbis*:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)”

Consoante se verifica no dispositivo legal acima, a Administração Pública é dispensada de licitar a locação de um imóvel que lhe seja realmente indispensável, em razão das necessidades de instalação e localização. Contudo, para amparar esta hipótese de dispensa de licitação, é imperativa a satisfação dos seguintes requisitos: a) destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração; b) necessidade de instalação e localização condicionem a sua escolha; c) preço compatível com o valor de mercado; d) avaliação prévia.



Assim sendo, verifica-se, claramente, que o mesmo enquadra-se perfeitamente no disposto do art 24, X, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (Dispensa de Licitação).

Entretanto, cumpre salientar que, embora dispensável a licitação, os requisitos exigidos no art. 26 da Lei nº 8.666/93 são de cumprimento obrigatório para as dispensas admitidas com base no art. 24, X, quais sejam: a) razão da escolha do fornecedor ou executante; b) justificativa do preço; c) juntada de propostas comerciais devidamente assinadas, ou caso tenham sido requeridas e enviadas através de e-mail, juntada das mensagens eletrônicas que ensejaram.

Desta forma, verifico a regularidade do procedimento em relação à justificativa do preço, em virtude do laudo técnico, conforme constam nos autos do processo de dispensa. Isto posto, manifesto-me da seguinte forma: Favorável à Dispensa de Licitação com base no art. 24, X, haja vista necessidade do imóvel para o atendimento das finalidades precípuas da Secretaria Municipal de Administração, desde que haja o cumprimento das formalidades no art. 26 da referida lei, exigindo-se toda a documentação pertinente ao caso.

3. DO CONTRATO.

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do contrato, e sua concordância com as imposições do Art. 55 da lei nº 8.666/93.

Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem das seguintes cláusulas nos contratos administrativos, podendo estas se suprimidas ou acrescidas conforme o caso:

“Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;



V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação."

Da análise dos termos da minuta do contrato vinculado ao processo de dispensa, constatamos que este observa os requisitos mínimos exigidos pelo art. 55 da lei de Licitações, tendo em vista que contém todas as cláusulas pertinentes a esta contratação, não sendo necessária nenhuma correção.

4. CONCLUSÃO.

Em face do exposto, manifesta-se esta Assessoria Jurídica, no sentido da **APROVAÇÃO** da minuta de contrato, bem como manifesta pela **LEGALIDADE** do procedimento de dispensa de licitação, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise jurídica deste órgão de consultoria.

Registre-se, por fim, que não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas.

Eis o teor do BPC (Manual de Boas Práticas Consultivas) nº 05: "Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe



pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas".

É o parecer!

Axixá do Tocantins, 11 de janeiro de 2023.



ADEMAR DE SOUSA PARENTE

OAB/TO 6511-A

Assessor Jurídico

Dr. Ademar de Sousa PARENTE
Advogado OAB/TO 6.511-A
OAB/MA 13.570
Assessor Jurídico